



**escola de gestores**  
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO COMO  
AÇÃO DEMOCRÁTICA DA GESTÃO ESCOLAR**

**VALÉRIA LIMA GONÇALVES**

**BELO HORIZONTE, 2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO COMO  
AÇÃO DEMOCRÁTICA DA GESTÃO ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito necessário para conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Denise França Stehling do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE, 2015**

Valéria Lima Gonçalves

**A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO COMO  
AÇÃO DEMOCRÁTICA DA GESTÃO ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 21 de novembro de dois mil e quinze, como requisito necessário para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

---

Profa. Denise França Stehling (orientadora) – UFMG

---

Prof. UFMG

---

Valéria Lima Gonçalves

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a todos que tem a missão de educar.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Deus pelo dom da vida. Ao meu pai pelo amor. À minha mãe pela dedicação diária e pelo exemplo. À Cristiane minha irmã que tanto contribuiu para a realização deste curso. Aos professores pelo conhecimento adquirido.

## EPÍGRAFE

“(...) a gestão democrática é a gestão de uma administração concreta”.

Cury

## RESUMO

O presente trabalho apresenta uma análise do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira, apresentando como tema “A avaliação de desempenho como ação democrática da gestão escolar.” O objetivo geral é descrever e analisar a aplicabilidade da avaliação de desempenho no plano de carreira e suas interferências no desempenho das funções do servidor. Tem como objetivos específicos levantar o histórico da avaliação de desempenho do servidor público estadual de Minas Gerais e descrever o papel do gestor escolar no processo de avaliação de desempenho. No decorrer da análise foram realizadas pesquisas bibliográficas buscando fundamentação teórica observando se o tema em questão está coerente com as tomadas de decisões neste espaço educacional e com o próprio Projeto Político Pedagógico da instituição. Ao final aponta-se que é de fundamental importância realizar cada etapa do processo de avaliação de desempenho com profissionalismo, ética, visão de melhorias, fortalecendo assim, a democracia no âmbito escolar.

**Palavras-chave:** Avaliação de desempenho, gestão democrática, servidor público

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>08</b>
<b>1. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, UM BREVE HISTÓRICO .....</b>	<b>10</b>
<b>1.1. Processo de avaliação de desempenho .....</b>	<b>10</b>
<b>1.2. Analisando a história .....</b>	<b>12</b>
<b>2. O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO .....</b>	<b>14</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>18</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>20</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>23</b>
Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira	



## INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico é um plano geral da escola. Registro documental que está vinculado ao Regimento Escolar. É caracterizado por identificar a história da escola, construir a filosofia e identidade da mesma bem como, traçar objetivos e metas. Por isso, a participação de todos os elementos é necessária para eficiência nas ações desenvolvidas.

O Projeto Político Pedagógico não é um fim e sim um processo contínuo de planejamento, de atualização, aperfeiçoando sempre. Nas fases de elaboração, operacionalização e avaliação do Projeto Político Pedagógico (PPP), um grande desafio é envolver a parte interessada, ou seja, a própria comunidade escolar como co- autores do processo.

É uma conquista grande quando há envolvimento dos funcionários da escola, dos pais, alunos e comunidade local reconhecendo que a função pedagógica da escola primordial é ensinar/educar e aprender, participando da escrita desse documento tão importante para todos.

A Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira localiza-se na Rua Copérnico Pinto Coelho, nº 13, bairro Santa Lúcia, no Aglomerado da barragem Santa Lúcia em Belo Horizonte. As aulas foram iniciadas em dezoito de março de mil novecentos e sessenta e três, na época chamada de “As escolas Reunidas da Barragem Santa Lúcia” com 303 alunos em oito classes do 1º ano.

Hoje atende 310 alunos do 1º ano ao 5º ano do Ensino Fundamental, sendo que 249 fazem parte do Projeto de Tempo Integral. São 13 turmas do ensino regular e 11 turmas do Projeto Tempo Integral - PROETI. Há na escola alunos de 06 a 10 anos que estudam nos anos iniciais do ensino fundamental de nove anos compreendendo ao ciclo de alfabetização com duração de três anos de escolaridade e ciclo complementar com duração de dois anos de escolaridade.

A comunidade escolar está inserida no Morro do Papagaio/Barragem Santa Lúcia, comunidade considerada violenta com índice de vulnerabilidade social alto. Muitos alunos tem histórico familiar de baixo poder aquisitivo, pais usuários de drogas ou ligados à prostituição e exploração do trabalho infantil.

O quadro de servidores compõe-se de treze professores para as turmas do ensino regular, onze professores regentes de turmas do Projeto de Tempo integral

PROETI, um professor eventual, uma professora da biblioteca, dois professores de educação física para as turmas do Projeto de Tempo Integral PROETI, uma para ensino religioso, quatro professoras de apoio aos alunos deficientes, duas supervisoras pedagógicas, uma secretária, duas auxiliares de secretaria, sete auxiliares de serviços gerais, uma diretora e uma vice-diretora.

O eixo “Avaliação”, descrito no PPP da escola, é um grande desafio para todos os envolvidos no processo ensino e aprendizagem. A avaliação de desempenho dos servidores é também um tema polêmico porque atinge a vaidade das pessoas, a auto-estima; tocando no fazer de cada um, ou seja, na maneira de realizar o seu trabalho; quantificando-o.

Sabe-se que o processo de avaliação de desempenho dos servidores exige transparência, mas também discrição. Neste sentido, o papel do gestor é fundamental para conduzir o processo, porque existe um cronograma a ser seguido e, ao aproximar as datas estipuladas, pode-se perceber uma alteração no ambiente escolar. Há uma tendência ao aumento de nível de ansiedade por parte dos servidores nos períodos em que são avaliados pela gestão da escola.

Considerando que o processo de avaliação de desempenho dos servidores da rede estadual é complexo, o objetivo principal desse trabalho de conclusão de curso (TCC) é descrever e analisar a aplicabilidade da avaliação de desempenho no plano de carreira e suas interferências no desempenho das funções do servidor. Tem ainda como objetivos específicos levantar o histórico da avaliação de desempenho do servidor público estadual de Minas Gerais e descrever o papel do gestor escolar no processo de avaliação de desempenho.

## **1. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, UM BREVE HISTÓRICO**

A avaliação de desempenho no Estado de Minas Gerais foi legalizada pela Lei Complementar nº 71, de 30 de julho de 2003, e regulamentada pelo Decreto nº 43.672, de 04 de dezembro de 2003, sendo este logo substituído pelo Decreto nº 44.559, de 29 de julho de 2007. O órgão incumbido por efetuar o processo de avaliação de desempenho em Minas Gerais foi o SEPLAG (Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais).

Segundo a Lei Complementar nº 71, de 30 de julho de 2003, a avaliação de desempenho foi instituída para avaliar o servidor público estável e detentor de função pública na administração direta, autárquica e fundante do poder executivo.

Consiste em períodos avaliativos para os seguintes grupos: em estágio probatório, submetidos à AED (Avaliação Especial de Desempenho) para adquirir estabilidade no cargo que exerce; e os demais servidores efetivos submetidos a ADI (Avaliação de Desempenho Individual). Com base no resultado satisfatório da avaliação de desempenho individual, adquire-se promoção (mudança de nível) e progressão (mudança de grau) na carreira, sendo o resultado insatisfatório, o servidor fica sujeito à perda do cargo.

Com o advento do Decreto nº 44.873, de 14 de agosto de 2008 e do Decreto nº 45.941, de 29 de março de 2012, o processo de avaliação de desempenho também começou a fazer parte do “acordo de resultados” e do “Prêmio por produtividade”, respectivamente criados para estimular o cumprimento de metas e resultados favoráveis.

### **1.1 . Processo de avaliação de desempenho**

De julho de 2004 a junho de 2005, ocorreu o primeiro período de avaliação de desempenho individual. Hoje em dia, essa avaliação acompanha o ano letivo, ou seja, ano civil. O processo de avaliação de desempenho no âmbito da instituição de ensino estadual (a escola) segue os procedimentos estabelecidos pela legislação e pelo cronograma próprio para a conduta eficaz do processo.

O período avaliativo inicia-se com o PGDI (Plano de Gestão de Desempenho Individual), no qual deverão estar incluídas as metas, as ações, que irão ser

desenvolvidas ao longo do período. Ocorrem dois acompanhamentos obrigatórios com a chefia imediata, com possíveis retornos. O próximo passo é constituir a comissão de avaliação de desempenho composta pela chefia imediata, membros indicados pelo colegiado e pelos pares; titulares e suplentes. A base legal para criação da Comissão de avaliação de desempenho foi feita pela Resolução da SEE nº 653, de 2005.

A formação da comissão de avaliação é feita através de registro de ata. O secretário da comissão de avaliação de desempenho realiza a parte de escrituração como redigir atas, conferir assinaturas, preparar documentação devidamente, prevista na Resolução Conjunta SEPLAG/SEE nº 7110, de 06 de julho de 2009. O secretário da comissão de avaliação, a partir de 2013, ficou responsável também, por listar os servidores avaliados e não avaliados; arquivar pastas de processos de avaliação de desempenho observando a numeração de baixo para cima, papéis específicos do processo de avaliação de desempenho, datas e assinaturas.

Constituída a comissão, segue o processo de avaliação de desempenho, que após o servidor aceitar ser entrevistado, é submetido à pontuação, que leva em conta o desenvolvimento profissional, o relacionamento interpessoal, o compromisso profissional e institucional, as habilidades técnicas e profissionais. O processo de avaliação de desempenho é registrado passo a passo através de formulários próprios, de acordo com a Resolução Conjunta SEPLAG/SEE, nº 7110, de 6 de julho de 2009. Aferida a pontuação, é dada a notificação ao servidor. Se ele não concordar, pode recorrer através de recurso hierárquico no prazo de dez dias.

São avaliados os servidores que contarem com cento e cinquenta dias de efetivo exercício. Aqueles que, por motivo de afastamento, não conseguirem os cento e cinquenta dias de efetivo exercício, recebem atestado que conste motivo de não avaliação, por exemplo, licença para tratamento de saúde. O artigo 22º do Decreto nº 44.559, de 2007, ampara servidores afastados legalmente, sendo a esses atribuídos setenta pontos automaticamente, ficando com conceito bom, por exemplo, servidores que afastam para mestrado/doutorado.

Durante o processo, para o servidor que mudar de função é feito novamente outro PGDI (Plano de Gestão de Desempenho Individual) e prosseguindo normalmente o processo avaliativo. É relevante lembrar que a perda do cargo público acompanha a duas avaliações insatisfatórias consecutivas ou cinco

avaliações e três conceitos insatisfatórios intercalados. A avaliação insatisfatória é atribuída ao servidor avaliado que atinge menos de 50% (cinquenta por cento).

## 1.2 . Analisando a história

O processo de avaliação de desempenho do servidor público estadual caracteriza-se pelo registro em ata, havendo ata de início e de encerramento de cada período, bem como registro das ocorrências que aparecerem. Cada servidor tem sua pasta de avaliação de desempenho para arquivar sua avaliação de desempenho individual (ADI) e avaliação especial de desempenho (AED) para os servidores em estágio probatório.

Além de acompanhar o processo no espaço da escola, o servidor conta com um sistema informatizado próprio da avaliação de desempenho, chamado SISAD, (Sistema de avaliação de desempenho) que pode ser conferido através do endereço eletrônico [www.sisad.mg.gov.br](http://www.sisad.mg.gov.br), e acessado por ele por meio de login e senha. Ao acessar o link, o servidor tem informação de toda a inserção de dados da avaliação de desempenho através dos períodos avaliados desde de julho de 2004 até dezembro de 2014. Em 2015, o processo está em andamento, mas pode também ser acompanhado pelo servidor.

O secretário da comissão de avaliação de desempenho de cada período é responsável por lançar os dados fidedignos no sistema. A inserção de dados do processo de avaliação de desempenho no SISAD está prevista nos artigos 20º e 21º dos Decretos 44.559, de 2007 e 45.851, de 2011, respectivamente. A avaliação de desempenho tem interferência direta na remuneração do servidor, uma vez que este ganha mais ao passar de nível (promoção) e de grau (progressão), por isso, Araújo (2006, p. 148) destaca:

É vital avaliar desempenho para que não aconteça que pessoas (...) alcançam remunerações e posições de algum relevo em detrimento de outras pessoas que, se avaliadas corretamente, poderiam atender melhor à organização e dar a sua contribuição para os resultados globais. (ARAÚJO, 2006, p.148)

A tecnologia trouxe mais qualidade e rapidez ao processo de avaliação de desempenho. Porém, como se trata de avaliar o desempenho das pessoas, a

garantia de satisfação pessoal do avaliado não é explícita ao receber o resultado, mesmo interpondo recursos. Ao contrário, o que se observa é que quando o servidor é notificado pela chefia imediata, sua reação pode interferir no clima do ambiente escolar, por meio de reclamações, indisposição, descontentamento, e até mesmo afastamento.

## **2 – O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO**

Para atuar em escola pública, o gestor se depara com vários desafios, porque tem que gerenciar de forma competente quanto aos aspectos administrativos, financeiros, pedagógicos, especificados em legislação vigente. Um dos enfrentamentos para o diretor de escola, é o processo de avaliação de desempenho. O gestor precisa estar atento e acompanhar as datas do cronograma do processo de avaliação de desempenho, essa é uma estratégia para assegurar que as etapas do processo serão cumpridas.

O processo de ADI (Avaliação de Desempenho Individual) é uma maneira que o avaliador tem de diagnosticar o andamento da escola como um todo, partindo dos instrumentos de avaliação individual, ferramenta que subsidiará o que está sendo avaliado e onde se quer chegar com o resultado que está obtendo.

O papel do gestor escolar no processo de avaliação de desempenho é fundamental, uma vez que é responsabilidade dele conduzir todo o processo. O gestor escolar representado pelo diretor da escola estadual de Minas Gerais representa a chefia imediata dos avaliados atuando democraticamente, assegurando o bom andamento do processo. Processo esse que, acontecendo dentro da escola de forma natural, mantém o clima equilibrado no ambiente escolar sem tumultos desnecessários.

Outro ponto forte que precisa ser compreendido por todos da escola é que o gestor, como representante legal da instituição, deverá manter a habilidade de avaliar pessoas, respeitando limites; interferindo onde for necessário quando não for compatível a situação do avaliado, objetivando o bom funcionamento da escola; agindo com profissionalismo e justiça, evoluindo em ações sociais e democráticas na educação. Conforme Wittman (2000, p. 95): “A construção e reinvenção da escola, como instituição autônoma e cidadã, gerida compartilhadamente, exige novas competências cognitivas - atitudinais de seus gestores.”

A capacidade de gerir, requer saber lidar com relacionamento interpessoal, o que às vezes, torna-se difícil dentro da instituição quando por exemplo, ao receber a notificação da avaliação, o servidor comenta sua nota com colegas, que por sua vez, também passam aos outros, havendo comparação de notas, muitas vezes, com o

mesmo conceito. O conceito “excelente” compreende os percentuais de 90 a 100; se um recebeu 98, pode haver insatisfação em relação ao que recebeu 99 ou a totalidade, e assim por diante.

Cabe ao gestor e à Comissão de Avaliação, o devido esclarecimento de todo o processo de avaliação, deixando claras as metodologias e técnicas aplicadas, construindo consensos, desenvolvendo vias de comunicação direta com os servidores e, no período em que ocorre a avaliação, utilizar com eficiência o momento da entrevista, pois é nesse momento, que o avaliado tem oportunidade de expor diretamente o que pensa, o que faz, seus anseios e como procura desenvolver suas tarefas do dia a dia.

É através do diálogo que se pode chegar a soluções de situações conflitantes; esclarecimentos de questões simples que se tornam grandes. Na entrevista, o avaliador por sua vez, pode colocar o que se espera do avaliado como profissional naquele estabelecimento escolar. Embora muitos servidores prefiram não ser entrevistados, talvez por acanhamento, medo ou insegurança, sabe-se que:

As metodologias de avaliação de desempenho sempre estiveram presentes no processo evolutivo da humanidade. O ser humano está constantemente sendo avaliado pelos membros da sociedade em que está inserido (ALMEIDA; MARÇAL E KOVALESKI, 2004).

Quando o servidor opta para ser entrevistado, é o momento de expor claramente o seu trabalho, esclarecer suas dificuldades e compartilhar suas experiências bem sucedidas.

Trabalhar com a gestão de pessoas exige atuar na resolução de problemas e tomar decisões adequadas. O diálogo sempre é uma boa estratégia de comunicação. Caso não resolva o problema, espera-se do gestor a iniciativa de buscar alternativas mais eficazes para solucionar conflitos. Assim, compete ao gestor, segundo Dourado, Oliveira e Santos (2010, s/p)

O papel de articulador e incentivador da participação e de ações colegiadas na escola nessa ótica, constitui-se um passo fundamental à criação de órgãos colegiados que venham possibilitar o processo de discussão com professores, funcionários, alunos e pais de alunos e a tomada de decisão em conjunto acerca das problemáticas em que a escola esteja envolvida apontando para solução das mesmas. (DOURADO, OLIVEIRA E SANTOS, 2010, s/p).



O colegiado escolar participa do processo de avaliação de desempenho na escolha dos membros da comissão de avaliação de desempenho. É o colegiado que indica o titular e o suplente de segmento para compor a comissão de avaliação. O colegiado que é participativo, exerce as funções consultivas e deliberativas próprias dos órgãos colegiados para resolver conflitos no âmbito escolar.

No processo de avaliação de desempenho do servidor, a Comissão Avaliadora passa também por um processo de tomada de decisão para executar a solução de aferir nota ao servidor. Segundo Gonçalves e Carmo (2001, s/p):

O significado da administração perpassa na ideia dos gestores, com exigência burocrática, nomenclaturas, normas estabelecidas em legislação, na qual mudam-se os termos, as responsabilidades, mas o administrador, enquanto gestor, busca discutir a relação do trabalho através do diálogo, reunindo as ações, buscando métodos e processos no processo de tomada de decisão consciente e efetiva para sua gestão. (GONÇALVES E CARMO, 2001, s/p)

Um dos desafios que gestores escolares enfrentam, é que pessoas com dificuldade de aceitar sugestões para melhoria do seu trabalho, são resistentes à mudança e acabam estimulando colegas a procederem da mesma forma. Sendo assim, os gestores precisam desenvolver habilidades com os profissionais da escola para que eles acreditem, em seu potencial de trabalho e que possam fazer diferença positiva na instituição influenciando os colegas.

Outra questão que o gestor precisa ficar atento, é a maneira de tratar cada servidor. Tratamento igualitário para todos os servidores na mesma situação que venha ocorrer, como cobrar pontualidade, atribuições inerentes ao cargo. Quando o servidor possui alguma ligação, como laços sanguíneos ou por afinidades, a conduta tende a ser mais observada pelos demais servidores.

Para fazer julgamento de alguém dentro do ambiente de trabalho, é importante que o gestor interprete o desempenho do servidor de modo formativo e não só somativo. O gestor precisa ter domínio e conhecimento das tarefas de cada servidor avaliado, ter também, ciência e instrumentos que permitam que ele saiba como é feito e se realmente é feito o trabalho de cada servidor avaliado. Para isso acontecer, é necessário que os profissionais que ocupam cargos mais próximos da chefia imediata deem suporte ao gestor. Só assim, ele poderá avaliar com justiça e moralidade.

Se um profissional da escola está precisando de ajuda para melhorar o desempenho, o gestor precisa ter um olhar clínico para detectar se a deficiência está mesmo no servidor ou nos demais profissionais que poderão ajudá-lo. Entendendo que se algo na escola não vai bem, é dever de todos os envolvidos comprometerem-se com a causa para solucionar o problema. Essa é a perspectiva da gestão democrática, dividindo problemas em busca de soluções coletivas.

Um desempenho desfavorável, de certa forma, impede a escola de desenvolver sua prática gestora participativa e democrática. Neste sentido, o gestor motiva e mobiliza a todo tempo sua equipe, buscando valorizar o ser humano na totalidade e permitindo que todos conheçam o contexto e dificuldades da escola.

Analisando dessa forma, a aplicabilidade da avaliação de desempenho serviria para crescimento da instituição e principalmente do servidor avaliado. Além de ter a possibilidade da resolução dos conflitos dentro da escola, o profissional certamente terá um desempenho melhor a cada período avaliativo e conseqüentemente terá promoção garantida na carreira em que atua.

Pensando assim nas relações de trabalho, que o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira registra a valorização do relacionamento amigável e respeitoso no ambiente de trabalho pelos funcionários e alunado da escola. Exemplo a ser seguido, porque nada melhor que trabalhar onde pessoas convivem de maneira harmoniosa, sabendo que o ser humano é dotado de inteligência capaz de ser usada com muita criatividade nas relações de pessoas no ambiente de trabalho sem esquecer o lado emocional. A grande verdade é que as pessoas deveriam ver no outro, o que as completa; se tornando seres humanos melhores em busca de uma construção coletiva mais harmoniosa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O autor Grillo (1981) reflete que é próprio do ser humano fazer ideia do outro, tendenciar opinião. Por isso, quem avalia tem que compor um juízo crítico e acertado do indivíduo como pessoa e profissional dentro da instituição escolar. Para isso acontecer, o trabalho em equipe tem que ser feito conscientemente, acompanhando o indivíduo avaliado em suas tarefas do dia a dia, propondo alternativas bem sucedidas para que possa desenvolver o seu trabalho com mais segurança, verificando boas condições físicas para o trabalho, o espaço escolar adequado, bem como o conhecimento do profissional para desenvolver as tarefas propostas e o relacionamento com os demais. Neste sentido, identificar a avaliação de desempenho do servidor público estadual como ação democrática é propor crescimento humanitário e institucional.

Segundo o dicionário Aurélio (2015), avaliar significa determinar o valor de; apreciar; prezar; conhecer o seu valor. Portanto, esse instrumento de avaliar torna-se importantíssimo para um administrador que realmente reconhece esse mecanismo desafiador, que gera satisfação e insatisfação na esfera escolar.

Cabe às pessoas envolvidas no processo, discernir seu verdadeiro papel, o qual implica em direitos e deveres, responsabilidades e conhecimento adequado para ser um profissional na área da educação. Ao analisar alguém, é viável observar o cenário atual no qual está inserido em âmbito mundial, nacional e na comunidade em que atua. As novas tendências e tecnologias disponíveis no mercado ocupam espaço cada vez maior no cotidiano das pessoas que são capazes de influenciar, acrescentar, modificar opiniões e atitudes referentes ao mesmo assunto.

Se o profissional da educação entende que a cada dia que passa, é necessário o aperfeiçoamento de seu trabalho, para posteriormente receber o retorno positivo que refletirá na sua carreira profissional, trazendo satisfação pessoal e, conseqüentemente na instituição que pertence, esse profissional terá feito a diferença em sua instituição.

Conclui-se que o processo de avaliação de desempenho do servidor estadual de Minas Gerais apresenta pontos positivos na carreira do servidor que trabalha com méritos para conseguir progressão e promoção. Neste sentido, os instrumentos de avaliação são ferramentas que oferecem ao governo, subsídios para melhorias

educacionais, investindo no profissional da educação, valorizando o plano de carreira através de um acréscimo financeiro.

Em contrapartida, um ponto negativo é quando o servidor não atinge as metas, não recebe um resultado satisfatório, devendo, no entanto, ser objeto de revisão regular em cada período avaliativo, uma vez que é dever da escola trabalhar em prol da realização profissional dos servidores que estão inseridos no ambiente escolar. Sabe-se que fatores internos e externos podem contribuir com isso, mas o servidor também precisa fazer sua parte, pois é o maior interessado em ter suas expectativas superadas, obtendo o sucesso pelo seu desempenho.

Do outro lado, o gestor escolar quando bem preparado, poderá seguir uma linha ética, tendo mais condições e ferramentas para resolver conflitos quando surgirem e mais facilidade/habilidade em conduzir o processo de avaliação de desempenho dos servidores que atuam na escola em que trabalha.

Ao seu favor está o fator de estar presente nas fases do processo, procurando conhecer as atribuições, dificuldades, limitações dos avaliados; chegando com presteza para solucionar problemas e reconhecendo a potencialidade do trabalho coletivo na busca de soluções. Com essa visão, o gestor escolar pratica a ação democrática no processo de avaliação de desempenho individual do servidor estadual em busca da qualidade na escola.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Simone de; MARÇAL, Rui Francisco Martins; KOVALESKI, João Luiz. **Metodologias para avaliação de desempenho**. XXIV Encontro Nacional de Engenharia de Produção – Florianópolis, SC, Brasil, 03 a 05 de nov. de 2004.

ARAUJO, Luis César G. de. **Gestão de Pessoas**. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola**. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg)> Acesso em 06/07/14 às 16:30.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. 2010. Disponível em:< [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg)> Acesso em 28/06/15.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Século XXI, versão 3. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 2004 – 2005.

GONÇALVES, Juçara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão Escolar e o Processo de Tomada de Decisão**. Disponível em: <[moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg)> Acesso em 28/06/15.

GRILLO, Antônio N. **Recursos Humanos: novos rumos para administração pública**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1981, 111p.

MINAS GERAIS. **Lei Complementa nº 71**, de 30 de julho de 2003. Institui a avaliação periódica de desempenho individual, disciplina a perda de cargo público e de função pública por insuficiência de desempenho do servidor público estável e do detentor de função pública na administração pública direta, autárquica e fundacional do poder executivo e dá outras providências. Diário Oficial de Minas Gerais, Diário Executivo, Minas Gerais, MG, 31 jul. 2003. p.1.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 43.672**, de 04 de dezembro de 2003. Estabelece as diretrizes e define os critérios e os sistemas de avaliação individual do servidor público estável e dá outras providências. Diário Oficial de Minas Gerais, Diário Executivo, Minas Gerais, MG, 05 dez. 2003. col 2, p. 2.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 44.559**, de 29 de junho de 2007. Regulamenta a avaliação de desempenho individual do servidor público estável ocupante de cargo efetivo e detentor de função pública e dá outras providências. Diário Oficial de Minas Gerais, Diário Executivo, Minas Gerais, MG, 30 jun. 2007. col 2, p. 1.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 44.873**, de 14 de agosto de 2008. Disciplina o acordo de resultados e o prêmio por produtividade no âmbito do poder executivo e dá outras providências. Diário Oficial de Minas Gerais, Diário Executivo, Minas Gerais, MG, 15 ago. 2008. col 1, p. 1.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 45.941**, de 29 de março de 2012. Dispõe sobre o acordo de resultados e o prêmio por produtividade no âmbito do poder público e dá outras providências. Diário Oficial de Minas Gerais, Diário Executivo, Minas Gerais, MG, 30 mar. 2012. col 1, p. 1.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 45.851**, de 28 de dezembro de 2011. Regulamenta o estágio probatório e a avaliação especial de desempenho do servidor público civil da administração pública direta, autárquica e fundacional do poder executivo estadual. Diário Oficial de Minas Gerais, Diário Executivo, Minas Gerais, MG, 29 dez. 2011. col 1, p. 10.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução nº 653**, de 2005. Diário Oficial de Minas Gerais, Diário Executivo, Minas Gerais, MG, 17 fev. 2005.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. Secretaria de Planejamento e Gestão. **Resolução Conjunta SEPLAG/SEE nº 7110**, de 06 de julho de 2009. Define metodologia de avaliação individual. ADF e avaliação especial de desempenho, AED dos servidores em exercício e dá outras providências. Diário Oficial de Minas Gerais, Diário Executivo, Minas Gerais, MG, 18 jul. 2009.

WITTMANN, Lauro Carlos. **Autonomia da Escola e Democratização de sua Gestão: novas demandas para o gestor**. Em Aberto. Brasília. v. 17, p. 72. p. 88-96. fev/jun. 2000.

**ANEXO: Projeto Político Pedagógico**





**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**  
**PROJETO VIVENCIAL**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL DONA  
AUGUSTA GONÇALVES NOGUEIRA**

**MARIA APARECIDA LAGE DE ALMEIDA FREITAS**

**NILCE APARECIDA VILAÇA CARVALHO**

**SILVANA DE ALMEIDA FERREIRA**

**VALÉRIA LIMA GONÇALVES**

**BELO HORIZONTE, 2015**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL DONA  
AUGUSTA GONÇALVES NOGUEIRA**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Ariadia Ylana Ferreira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE, 2015**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	03 a 04
1. FINALIDADES.....	05 a 08
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	09 a 13
2.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA .....	09 a 10
2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA .....	10 a 13
3. CURRÍCULO.....	14 a 15
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	16 a 17
5. PROCESSOS DE DECISÃO .....	18 a 19
6. RELAÇÕES DE TRABALHO .....	20 a 20
7. AVALIAÇÃO.....	21 a 23
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24 a 25
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	26 a 27
10. ANEXOS .....	28 a 31

## INTRODUÇÃO

As Escolas Reunidas da “Barragem Santa Lúcia”, primeiro nome da Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira, foram instaladas por ato publicado no jornal “Minas Gerais”, do dia 13 de fevereiro de 1963. O prédio pré-fabricado de madeira possuía quatro salas de aula e uma pequena sala para diretoria. As aulas foram iniciadas em 18 de março de 1963, com oito classes de primeiro ano, sendo quatro constituídas de alunos repetentes, transferidos do grupo escolar “Dom José Gaspar” e quatro classes de primeiro ano novato, perfazendo um total de trezentos e três alunos.

Em 07 de dezembro de 1963 pelo decreto nº 7.288, as escolas reunidas “Barragem Santa Lúcia”, passaram a denominar-se: “Dona Augusta Gonçalves Nogueira”, em homenagem a falecida mãe do Dr. Mário Gonçalves Nogueira, que doou o terreno para que a escola fosse instalada. Foi pedida a transformação do estabelecimento em grupo escolar, o que veio realmente a acontecer em 21 de agosto de 1964, pelo decreto nº 7.814 / 1964.

A Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira, da rede estadual, está situada na rua Copérnico Pinto Coelho, nº 13, bairro Santa Lúcia, telefax 32964388, em Belo Horizonte, no Aglomerado da Barragem Santa Lúcia.

São oferecidos pela escola os anos iniciais do Ensino Fundamental de nove anos compreendendo:

I - Ciclo da Alfabetização, com a duração de 3 (três) anos de escolaridade, 1º, 2º e 3º anos.

II - Ciclo Complementar, com a duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 4º e 5º anos.

Atualmente, a escola atende 310 alunos do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental - comunidade de 06 a 10 anos de idade. São treze turmas do ensino regular e onze turmas do Projeto de Tempo Integral (PROETI). Assim, dos 310 alunos matriculados, 249 fazem parte do PROETI, que cumpre uma proposta curricular ampla que enriquece as atividades do ensino regular.

A comunidade escolar está inserida no Morro do Papagaio / Aglomerado Santa Lúcia - Barragem Santa Lúcia conhecida como uma das comunidades mais violentas de Belo Horizonte e com vulnerabilidade social significativa. Os alunos, em sua maioria, são frutos de uma família desestruturada, muitos pais usuários de drogas com baixo poder aquisitivo e com baixo ou nenhum grau de estudo. A grande maioria das mulheres-mães que trabalham exercem a profissão de doméstica e os homens são operários de obra, prestam serviços autônomos ou vivem de “bicos”. Há ainda os casos em que as famílias sobrevivem de benefícios como “bolsa escola” e “bolsa família”, contando com a escola para ajudar na sobrevivência dos filhos, que têm a oportunidade de permanecer na escola em horário de tempo integral.

A escola é considerada pela comunidade local e escolar como referência positiva na formação de seus alunos e como parceira na melhoria da construção social de seus moradores. O desafio da escola permanece na necessidade de atingir os níveis de ensino exigidos para transformar e diminuir as desigualdades sociais.

A educação especial na Escola Dona Augusta é reconhecida como direito e tem como objetivo assegurar a inclusão do aluno com necessidades especiais nas diversas atividades desenvolvidas no cotidiano da escola, favorecendo o desenvolvimento de competências, atitudes e habilidades necessárias ao pleno exercício da cidadania.

## 1- FINALIDADES DA ESCOLA

Sabemos que em uma sociedade globalizada, a escola é um local de formação de cidadãos reflexivos, pensantes, capazes de posicionar-se de maneira digna e responsável perante a sociedade. E todos os que fazem parte dela, desde o porteiro ao diretor, são particularmente responsáveis por essa formação do estudante.

Garantir uma educação de qualidade aos nossos alunos é o princípio primordial que permeia a nossa escola. O trabalho desenvolvido na Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira visa atender todas as etapas de desenvolvimento e processos da formação humana do estudante, considerando os princípios da cidadania e oferecendo alternativas de procedimentos didáticos específicos, diversificados, adequados, bem como a aquisição de habilidades e competências necessárias para sua vivência dentro e fora do ambiente escolar.

A educação de qualidade baseia-se em recursos humanos e materiais que vão desde a atuação do professor em sala de aula bem como os processos de ensino- aprendizagem, currículo, bem como os resultados do desempenho de cada aluno. E para chegar a esta educação de qualidade faz-se necessário uma participação de todos visando uma escola onde prevaleça a compreensão e a busca de uma escola eficaz.

A Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira tem como missão fundamental favorecer a formação individual e a percepção enquanto sujeito histórico, capaz de influenciar na construção de uma sociedade justa e fraterna, formando cidadãos reflexivos, capazes de posicionar-se criticamente perante a sociedade na qual fazem parte.

De acordo com as finalidades da educação nacional a Escola propõe adotar como princípios norteadores de suas ações pedagógicas os seguintes princípios da Resolução SEE/MG - nº 2.197/2012:

### I- PRINCÍPIOS ÉTICOS:

De justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, gênero, etnia, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

**II- PRINCÍPIOS POLÍTICOS:**

De reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade e da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades.

**III-PRINCÍPIOS ESTÉTICOS:**

Do cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente, a da cultura mineira e da construção de identidades plurais e solidárias.

**IV-EDUCAR E CUIDAR:**

Na Educação Básica, as dimensões inseparáveis do educar e do cuidar deverão ser consideradas no desenvolvimento das ações pedagógicas, buscando recuperar, para a função social desse nível da educação, a sua centralidade, que é o educando.

Cabe destacar ainda que os objetivos educacionais da escola são:

- I – Desenvolver um ensino de qualidade e equidade.
- II – Oportunizar aos alunos o desenvolvimento e participação de oficinas pedagógicas e culturais no contra turno.
- III – Criar e vivenciar projetos que contemplem os diversos aspectos sociais e culturais da comunidade local.
- IV – Estabelecer uma parceria com as famílias de maneira permanente e dialogada.
- V – Fomentar o espírito de empreendedorismo.
- VI – Reconhecer e utilizar os espaços do entorno da escola, transformando-os em espaços educativos, desenvolvendo o sentimento de pertencimento.
- VII – Desenvolver as propostas curriculares estabelecidas pelo sistema de ensino nacional e regional estabelecidas em legislações.
- VIII – Instituir práticas metodológicas e avaliativas que contribuam para o desenvolvimento pleno do aluno.
- IX – Valorizar e respeitar as diversidades humanas.
- X – Estabelecer e manter parcerias que contribuam para o desenvolvimento de ações almejadas pela comunidade escolar.
- XI – Primar pela prática de uma gestão democrática.
- XII – Atender o máximo de alunos no Projeto de Tempo Integral.
- XIII – Incentivar e criar condições para realização e participação em formação dos profissionais.
- XIV – Garantir o acesso e permanência de alunos com necessidades especiais atendendo as resoluções vigentes.

## XV – Elevar o índice de proficiência da escola.

Sabemos que todo trabalho, exige colaboração, envolvimento e coerência em nosso modo de pensar e agir. A escola procurará realizar o fazer pedagógico, pautado nos princípios norteadores, citados abaixo, conforme Ilma Passos Veiga:

[...] A **Igualdade** de condições para acesso e permanência na escola. Acreditamos que é nosso dever amenizar a desigualdade, oferecendo democraticamente, oportunidades e condições reais de ingresso e permanência na escola. Igualdade de oportunidades requer, então, a expansão ou ampliação da quantidade de vagas oferecidas; ou seja, ampliação do atendimento com simultânea manutenção de qualidade do ensino oferecido.

A **Qualidade** da educação voltada para todos os estudantes e não somente como privilégio da clientela socioeconomicamente favorecida. A qualidade que buscamos tem duas dimensões:

- A dimensão técnica que é relacionada aos instrumentos e os métodos (significa a habilidade de manejar meios, instrumentos, formas, técnicas, procedimentos).

- A dimensão política é a competência humana do sujeito em termos de fazer história, diante dos desafios da sociedade humana, é a condição imprescindível da participação e da transformação, volta-se para os fins, valores e conteúdos.

A **Liberdade** (princípio constitucional) neste aspecto deverá ser associada à ideia de autonomia, pois ambas fazem parte da própria natureza da prática pedagógica. E ambas são relativas às regras e orientações criadas pelos próprios sujeitos desta prática, sem imposições externas; diante de seus limites e possibilidades e, portanto, elas se constroem na vivência coletiva e interpessoal.

A liberdade e autonomia poderão ser percebidas na relação entre administradores, professores, funcionários e alunos que estão envolvidos e têm sua parte de responsabilidade na construção desta proposta, no processo educacional e também no contexto social mais amplo. (VEIGA, 1998, p.3).

Acreditamos que a escola enquanto lugar de interação e convivência é capaz de possibilitar ao aluno oportunidades necessárias para o seu desenvolvimento e aprendizagem, levando em conta todos os aspectos da formação humana e todas as dimensões do homem; fazendo isso sempre com prazer e sensibilidade, pois a busca do prazer é essencial ao ser humano.

A Gestão democrática (princípio constitucional) tem sido uma referência em todas as decisões tomadas durante o processo de aplicação desta proposta nas



áreas pedagógica, administrativa e financeira, envolvendo todos os sujeitos numa construção coletiva em busca de soluções para os problemas do cotidiano de nossa escola, tentando romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre teoria e prática.

A gestão democrática neste sentido torna – se o fio condutor para a descentralização do poder, através da distribuição de tarefas e da participação coletiva e, conseqüentemente proporciona um trabalho realizado com vários olhares e pensamentos diversos permitindo assim um crescimento de toda o grupo envolvido.

## **2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

### **2.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA**

A escola tem uma estrutura física que comporta a demanda dos alunos e que atende as necessidades da comunidade escolar de forma geral. Caracteriza-se por dois prédios de dois andares, onze salas de aula, uma sala de informática, uma biblioteca que atende aos alunos e a comunidade, sala para atendimento aos alunos encaminhados ao atendimento especial, sala de jogos pedagógicos, sala de supervisão pedagógica, cantina e refeitório, área administrativa, sala de professores, sala de multimídia, depósito para merenda, fantasias e material escolar, duas quadras poliesportivas, dois espaços cobertos para recreação e outras atividades pedagógicas. Conta também com materiais didáticos e pedagógicos incluindo jogos lúdicos e pedagógicos, equipamentos de informática para serviços administrativos e oficinas de informática, recursos audiovisuais como televisores, aparelhos de som e DVD e retroprojetores, máquinas de Xerox e duplicador, utensílios domésticos, mesas, carteiras, cadeiras e armários, refrigeradores e freezer para acondicionamento de alimentos.

O quadro de servidores compõe-se de treze professores para as turmas do ensino regular, onze professores regentes de turma do PROETI, uma professora eventual, uma professora da biblioteca, dois professores de Educação Física para as turmas do PROETI, uma para Ensino Religioso, quatro professoras de apoio aos alunos com necessidades especiais que possuem laudo médico para acompanhamento, duas supervisoras pedagógicas, uma secretária, duas auxiliares de secretaria, sete auxiliares de serviços gerais, uma diretora e uma vice-diretora.

Do quadro de professores apresentado acima, quatro são efetivos, sendo os demais designados para o exercício de suas funções. Dos docentes, 80% possuem graduação e aproximadamente 50% possuem pós-graduação.

A formação continuada dos professores do primeiro ao quinto ano faz parte do curso PNAIC (Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa). Duas

professoras fazem pós-graduação, uma supervisora faz mestrado e os demais têm participado de encontros de formação oferecidos pela SEE (Secretaria de Estado da Educação) e pela própria escola.

Os recursos financeiros são oriundos do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), Programa Mais Educação e do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério).

Os recursos são gastos conforme orientação específica do objeto do termo de compromisso assinado com a SEE, ou seja, aquisição de produtos alimentícios para garantir a merenda / refeição aos alunos, aquisição de materiais de consumo e serviços para garantir o desenvolvimento das atividades com os alunos e aquisição de mobiliário e equipamentos.

Durante o ano são feitas diversas campanhas, bazares e festas junto com a comunidade para arrecadação de recursos para complementar os recursos financeiros recebidos, pois esses não são suficientes para atender as demandas.

## **2.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA**

As matrículas dos alunos na escola são feitas inicialmente dentro dos períodos estabelecidos no calendário escolar, divulgados pelos instrumentos legais, observando-se as exigências legais, relativos a idade e documentação, observando sempre o cadastro e zoneamento escolar.

Nenhuma matrícula é negada, por motivo de raça, sexo, condição social, convicção política e crença religiosa, bem como aos que necessitam de atendimento especial.

A direção tem atendido de maneira satisfatória a demanda escolar, incentivando a matrícula e a frequência dos alunos. A escola cumpre as orientações da Secretaria de Estado de Educação e mantém um número de 25 a 30 alunos em cada turma. Os alunos são enturmados de acordo com as considerações do

conselho de classe, observada a legislação vigente, idade, aspectos disciplinares e cognitivos.

O acesso à matrícula na escola acontece por meio do cadastro escolar que é feito na rede estadual de ensino que é único e obrigatório a todos os candidatos inclusive para aqueles com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades / superdotação.

É permanente a preocupação de todos da escola na garantia do acesso, percurso e permanência de todos os alunos que procuram à escola, trabalhando sempre na busca da construção de um ambiente acolhedor proporcionando assim, a igualdade de oportunidade e condições.

Cabe destacar que a escola adota a legislação abaixo relacionada. Essa estabelece as normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiências. Decreto Federal nº. 3298/1999 - Do Acesso a Educação:

Art. 24 Os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta responsável pela educação dispensarão tratamento prioritário e adequado aos assuntos deste decreto viabilizando, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I-A matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoa portadora de deficiência capazes de se integrar na rede regular de ensino.

IV- A oferta, obrigatória e gratuita, da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino.

As reuniões pedagógicas acontecem semanalmente envolvendo grupos de professores, supervisão e direção. Esses momentos são para planejar, acompanhar e avaliar o processo pedagógico.

Os encontros com a comunidade são distribuídos sistematicamente em cinco momentos: reunião no início do ano letivo e mais quatro nos términos dos períodos

bimestrais. Além desses encontros previamente estabelecidos, são realizados outros com as famílias em momentos individualizados e ou coletivos sempre que se faz necessário. Também são realizados encontros com a comunidade para organizar e incentivar a participação em eventos festivos, cívicos e pedagógicos.

As professoras trabalham o processo ensino-aprendizagem através de atividades práticas e criativas, focando fatos e acontecimentos da atualidade, desenvolvendo a linguagem oral e psicomotora. O trabalho é realizado com foco no respeito às diferenças dos alunos e no desenvolvimento de projetos. Em anexo, relacionamos os projetos desenvolvidos na escola (Anexo A).

A escola conta com profissionais com formação adequada na área conforme lei vigente, espaços físicos acessíveis, mobiliário e equipamentos adequados às necessidades especiais e à faixa etária dos alunos. Conta ainda com uma equipe multiprofissional, formada através de parcerias nas áreas de educação, saúde, assistência social (geralmente o caminho tem sido via posto de saúde).

A proposta pedagógica, os planejamentos e as práticas pedagógicas são adaptados para o desenvolvimento de estratégias educacionais e sociais que favoreçam a formação plena dos alunos com necessidades especiais. Alguns pontos são destaque nessa proposta de inclusão:

- Desenvolver em toda comunidade escolar e local discussões relacionadas às condições de práticas de preconceito voltadas às pessoas com deficiência, apontando estratégias e mecanismos para avançar na perspectiva da inclusão;
- Promover práticas dentro e fora dos muros da escola, situações vivenciais de socialização e interação entre todos os alunos da escola e também com alunos das escolas de Ensino Especial.
- Fomentar junto à comunidade o conhecimento e reconhecimento, sobre os direitos e também os deveres que permeiam princípios da inclusão.
- A capacitação de todas as pessoas envolvidas no processo dar-se-á através de cursos oferecidos pela Secretaria de Estado e sempre que possível pela escola.

Para os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades / superdotação é possível a flexibilização do tempo na escola por até 50% (02 anos), limitado a 01 ano a cada ciclo.

A certificação de conclusão / histórico escolar segue o padrão estabelecido pela legislação vigente da rede. O registro de carga horária e do aproveitamento alcançado pelos alunos é obrigatório, utilizando os mesmos critérios para todos os alunos, sendo esse, a representação do desenvolvimento do aluno em relação a si mesmo e considerando-se o seu Plano de Desenvolvimento Individual (PDI).

### 3. CURRÍCULO

Nossa Escola entende o currículo como tudo aquilo que seja vivenciado no seu cotidiano, ou seja, as atividades e projetos programados e desenvolvidos sob a sua responsabilidade envolvendo a aprendizagem dos conteúdos escolares pelos alunos, na própria escola ou fora dela.

As diretrizes curriculares são elaboradas de acordo com as orientações da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, referendadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9.394/96; Resolução SEE MG nº. 2197/2012 e Resolução nº07 de 14 de dezembro de 2010 do Conselho Nacional de Educação e nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Assim, a composição curricular, contempla dois eixos:

- Base Nacional Comum: uma dimensão obrigatória dos currículos nacionais definida pela União.
- Parte Diversificada: também obrigatória, que se compõe de conteúdos complementares.

A integração da Base Nacional com a parte diversificada é feita através da construção coletiva da proposta pedagógica da escola e, ainda, havendo sempre um olhar sob a perspectiva da transdisciplinaridade, que permite o diálogo de um campo de saber para outro, indo além da concepção de disciplina e enfatizando o desenvolvimento de todos os aspectos da formação humana.

Na proposta curricular, os temas transversais: Ética, Saúde, Meio ambiente, Orientação sexual e Pluralidade cultural, são desenvolvidas de maneira dialogada, assegurando a articulação de toda a organização curricular, sendo também particularizados com o contexto da escola e da comunidade. As diretrizes estabelecidas acrescidas dos temas complementares definidos pelo coletivo de todos os envolvidos estão de acordo com a realidade e os anseios da realidade escolar.

O Brasil de hoje é marcado pelo aumento da incivilidade, da pobreza, da imoralidade, pelo crescimento dos aglomerados, da violência e pela concentração da riqueza. É nesse cenário que a Escola Dona Augusta Gonçalves Nogueira está inserida e é nele que ela se faz presente como instituição que articula, envolve, compromete e se fortalece, contribuindo para a valorização da diversidade cultural, formação plena dos educandos, na preparação para o exercício da cidadania e, sobretudo, no desenvolvimento de um trabalho voltado para uma educação de qualidade e igualitária.

A escola em conjunto com a comunidade e seus parceiros desenvolve projetos (anexo A) que contemplam as diversas linguagens e conhecimentos bem como uma prática de envolvimento acadêmico e social.

É oferecida a educação em tempo integral segundo a política educacional da Secretaria de Estado de Minas Gerais.



## 4 - TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira é regida em conformidade com as legislações do Estado de Minas Gerais:

[...] O Ensino Fundamental, com duração de nove anos, estrutura-se em 4 (quatro) ciclos de escolaridade, considerados como blocos pedagógicos sequenciais:

I - Ciclo da Alfabetização, com a duração de 3 (três) anos de escolaridade, 1º, 2º e 3º ano;

II - Ciclo Complementar, com a duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 4º e 5º ano;

III - Ciclo Intermediário, com duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 6º e 7º ano;

IV - Ciclo da Consolidação, com duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 8º e 9º ano. Sendo ministrados na escola os dois primeiros ciclos, e também o Projeto Tempo Integral para 11 turmas. (Resolução 2197/2012 SEE MG)

A escola funciona com dois turnos de trabalho, matutino e vespertino. O ano letivo composto de 200 dias letivos é dividido em quatro bimestres, cumprindo o calendário oficial. São quatro horas diárias de aula ministradas pelo regente de turma. Durante as quatro horas diárias, em todas as atividades, na sala de aula e fora dela, os alunos têm acompanhamento e orientação do professor, inclusive nos momentos destinados a recreação, sendo os tempos diários das aulas divididos conforme plano curricular e proposta pedagógica.

Para o cumprimento da carga horária de trabalho e tempo de planejamento dos professores cumpre-se a legislação com a seguinte redação:

[...] Da carga horária obrigatória - Art.10 Conforme dispõe a Lei nº 20.592, de 28 de dezembro de 2012, a carga horária semanal de trabalho correspondente a um cargo de Professor de Educação Básica com jornada de 24 (vinte e quatro) horas compreende:

§ 1º - A atividade extraclasse a que se refere o inciso II compreendem atividades de capacitação, planejamento, avaliação e reuniões, bem como outras atribuições específicas do cargo que não configurem o exercício da docência. (Resolução 2.253/2013)

A estrutura física contempla a demanda das práticas pedagógicas do ensino regular e o desenvolvimento das oficinas do Projeto Tempo Integral.

A sala de informática e a biblioteca atendem aos alunos para pesquisa também os professores e comunidade, contando com uma professora auxiliar de biblioteca para desenvolver projetos de literatura e fomentar o gosto pela leitura

Uma quadra poliesportiva possibilita as atividades de Educação Física, eventos cívicos, apresentações dos alunos e também atende a demanda da comunidade que, diariamente é utilizada para a prática de esportes, momentos de lazer e cultura e especificamente, em momentos que envolvem interesses da comunidade local como reuniões de Orçamento Participativo

Dois espaços livres são usados para o desenvolvimento de recreação, jogos de xadrez, campeonatos esportivos e pedagógicos, oficinas de arte e artesanato, teatro e música.

Há uma sala de jogos de alfabetização matemática e letramento. Conta também com um espaço para atendimento aos alunos destinados a sala de recurso e atendimento aos alunos que precisam de intervenções pedagógicas específicas.

Assim, como a escola abre seus espaços para uso da comunidade, ela também usufrui de espaços externos, como por exemplo, as aulas de música em parceria com TJMG (Tribunal de Justiça de Minas Gerais) e a Paróquia Belvedere que são realizadas em um ambiente do vigésimo segundo batalhão de polícia, e alguns momentos de prática esportiva, passeatas de cunho pedagógico são praticadas nos campos da Barragem.

## 5 - PROCESSOS DE DECISÃO

O modelo de gestão adotado pela Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira privilegia uma liderança que delega funções para cada membro do grupo, a fim que possam trabalhar na perspectiva de identificar e resolver o problema; estimular o crescimento profissional, formando grupos mais participativos. Sendo assim, evidencia-se uma liderança compartilhada, uma vez que a comunidade escolar se comunica cada vez mais com a escola, o que gera confiança e compromisso para os membros externos e internos à mesma. Unindo forças, os conflitos organizacionais são resolvidos com mais eficiência. A motivação fortalece o profissional e a própria instituição, o que reflete no processo de ensino-aprendizagem.

O processo de tomada de decisão dentro de uma instituição não pode ser isolado; é fruto de opiniões, hipóteses geradas com a participação de todos nas decisões a serem tomadas, baseadas em atitudes de planejamento, trabalho consciente, esforço conjunto para conseguir uma decisão mais acertada que atenda ao grupo, preservando a integridade. Os membros do grupo devem estar comprometidos em acompanhar a solução do problema, assim o processo decisório torna-se mais adequado e demonstra a participação coletiva na tomada de decisão.

O diretor exerce uma função primordial dentro da instituição de ensino, sendo a peça mais importante na construção de uma escola democrática.

O Colegiado Escolar, com a estrutura e o funcionamento regulamentados por Resolução da Secretaria de Estado da Educação, é órgão representativo da comunidade nas escolas estaduais de educação básica de Minas Gerais e tem função deliberativa e consultiva nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira.

As funções de caráter deliberativo compreendem as decisões relativas às diretrizes pedagógicas, administrativas e financeiras previstas no Projeto Pedagógico da Escola.

As funções de caráter consultivo referem-se à análise de questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola e à apresentação de sugestões para solução de problemas.

O Colegiado na Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira se reúne mensalmente, conforme cronograma registrado no Calendário Escolar. Ele conta com a participação representativa dos pais dos alunos, dos alunos, dos professores e dos servidores. Os pais têm se mostrado conscientes e prestativos e com desejo de acompanhar a escola em todos os aspectos, possuem boa formação e bom entendimento. Em outros tempos, esse segmento tinha muitas fragilidades. Com certeza, ainda é preciso melhorar, principalmente, com mais sugestões e propostas que beneficiem a escola.

## 6 – RELAÇÕES DE TRABALHO

É necessário que a gestão seja democrática e traga dinamismo para a instituição e que o PPP seja um instrumento de participação de todos os envolvidos. A aproximação das pessoas nas relações de trabalho traz harmonia, compreensão, sendo os conflitos resolvidos de maneira positiva.

As relações de trabalho da escola demonstram e provocam: interesses diferentes, disputa de poder, relações antidemocráticas, aspectos sociais abalados. Cabe aos segmentos da escola comprometer-se mais com os questionamentos e soluções possíveis para os conflitos gerados no interior da instituição, prevalecendo o bom senso e a qualidade do ensino desenvolvido.

A escola Dona Augusta ao longo de sua história tem demonstrado uma preocupação constante quanto a qualidade das relações no ambiente de trabalho, pois acredita que esse seja um fator fundamental para o desenvolvimento de um clima organizacional que proporcione a todos os envolvidos um ambiente acolhedor e prazeroso para todos os envolvidos no processo educativo tanto dentro como fora dos muros da escola.

Valorizamos um relacionamento amigável e respeitoso no ambiente de trabalho. É necessário que os professores, supervisoras, funcionários administrativos e alunos estejam motivados e felizes com o trabalho e estudo que realizam.

## 7 – AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem está sempre em processo de aperfeiçoamento, buscando ser investigativa, contínua, qualitativa e formativa. Ela busca conhecer o que alunos sabem e se os resultados estão próximos ou distantes dos objetivos educacionais propostos pela escola. É utilizada como instrumento de diagnóstico das dificuldades, permitindo o redirecionamento da prática pedagógica de forma que o ritmo do aluno seja respeitado, com atividades diversificadas que atendam às diferenças.

A avaliação contribui no levantamento de dados que podem redimensionar a gestão escolar, e com isso, a escola possa rever os planejamentos e metodologia de ensino e a própria prática avaliativa:

[...] Para o processo avaliativo, considera-se importante: analisar os resultados do SAEB relativos à escola; b) explorar as avaliações já desenvolvidas internamente pela escola ou pelo seu respectivo sistema; c) imprimir uma avaliação própria. (NAVARRO. MEC/SEB, 2004)

No que se refere aos alunos, esta forma de ser avaliado permite o acompanhamento de suas conquistas, suas dificuldades e suas possibilidades de superação.

Na escola o retorno da avaliação para o aluno acontece de forma contextualizada, priorizando a função formativa, incidindo principalmente sobre suas conquistas de modo a fortalecer a autoestima e a aprendizagem. O professor compartilha com eles as observações que sinalizam seus avanços e a superação das dificuldades, situando-os no processo de ensino-aprendizagem. Os pais também acompanham o processo de aprendizagem de seus filhos, se inteirando dos avanços e das dificuldades para compreender os objetivos e as ações desenvolvidas pela escola.

A observação e o registro são os principais instrumentos de que o professor dispõe para pensar as devidas intervenções pedagógicas. O professor registra os

processos de aprendizagens dos alunos, as interações que se estabelecem entre professores/alunos/funcionários, compondo um rico material de reflexão constante no processo formativo: atitudes, interesse, participação, assiduidade, aspectos comportamentais, participação da família e relacionamento intra e interpessoal.

No percurso do aluno é importante ressaltar que nos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º anos e na EJA Anos Finais, os alunos terão 50% a mais da carga horária regular. Este percurso é apoiado por estratégias de atendimento pedagógico diferenciado, devendo haver, durante todo o processo, uma avaliação contínua do desenvolvimento dos alunos de acordo com o ano em que se encontram. Dessa forma o processo de ensino aprendizagem será mais bem orientado e garantirá melhor empenho e desenvolvimento da prática educativa.

É importante que as práticas educativas, as escolhas metodológicas, as definições de conteúdos sejam coletivas e dialogadas pela escola. A escola estando organizada permite o combate à evasão do estudante.

São utilizados como instrumentos relacionados nas situações de avaliação que proporcionam diagnóstico, acompanhamento do processo de aprendizagem, apontando redirecionamentos metodológicos e propostas de intervenção para os alunos que apresentam necessidades específicas:

- portfólio: com uma mostra de atividades e registros necessários que demonstram o processo de desenvolvimento dos alunos;
- avaliações escritas mensais e bimestrais para verificação da aprendizagem e direcionamento do planejamento e redirecionamento do trabalho;
- simulados com questões semelhantes às avaliações externas;
- preenchimento de uma ficha individual de avaliação no diário da turma atribuindo conceitos A, B ou C no boletim escolar nos quatro bimestres.

Como parte importante da avaliação da aprendizagem, é realizado semestralmente o Conselho de Classe, com a participação, de todos os profissionais que trabalham com o aluno (professores de turma e especialista).

O Conselho de Classe tem como proposta acompanhar os progressos, assessorar a prática pedagógica, estabelecer mecanismos adequados para o acompanhamento do desempenho do aluno e se pautar nas discussões e ponderações dos professores no momento de enturmação. Propõe-se ainda discutir e buscar soluções para as dificuldades encontradas no desenvolvimento escolar dos alunos, completando assim um processo de avaliação global.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico alinha o trabalho desenvolvido pela instituição de ensino e atua como um documento norteador e indicador de firmeza e segurança no processo de aprendizagem. Este documento valoriza o processo educativo, organiza a escola de forma interna e externa, implica no processo coletivo da construção de rupturas e reconstrução significativa frente ao processo de aprendizagem dos nossos educandos.

É imprescindível que o Projeto Político Pedagógico seja um processo democrático, participativo e dialogado. Os principais agentes sociais construtores de tal projeto são: alunos, professores, diretores, coordenadores pedagógicos, servidores da escola, pais e comunidade. Todos esses segmentos devem ser ouvidos, terem direito de defesa de suas ideias, e através de processos democráticos construir uma base; terem objetivos a serem conquistados, com metas e prazos a serem alcançados. A escola utilizará o PPP como instrumento de garantia ao aluno de uma aprendizagem de qualidade.

Consideramos importantes as orientações do Guia para a elaboração, revisão e/ou reestruturação do Projeto Político – Pedagógico das escolas Estaduais de Minas Gerais:

[...] A escola proporcionará momentos para o planejamento, à organização do trabalho escolar, de sua prática pedagógica para viabilizar a operacionalização dos Planos de Ensino, Planos de Aula, Planos dos Servidores da Escola, Plano de Intervenção Pedagógica, tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino, a garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos e os resultados das avaliações internas e externas. (2014,p.45).

A avaliação do PPP deve então compreender um acompanhamento, ou seja, uma detalhada observação das práticas educativas diárias desenvolvidas pelos alunos, tendo em vista reconhecer como se encontram os mesmos em seu desenvolvimento global. Isto para manter informações úteis que visem uma melhoria no planejamento que conduzam a um trabalho mais efetivo e direcionado às reais necessidades dos alunos

Este documento está aberto a novas abordagens e projetos que proporcionem renovação durante toda sua caminhada de descoberta e construção de conhecimentos. Finalizando, esperamos que o Projeto Político Pedagógico seja mais um instrumento de luta por uma verdadeira gestão democrática, onde os atores desse processo possam valorizar o trabalho coletivo, buscando uma aprendizagem significativa, criativa e prazerosa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**DOURADO**, Luiz Fernandes (org.); **OLIVEIRA**, João Ferreira; **SANTOS**, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. A qualidade da educação: conceitos e definições. 2010. <Disponível em: moodle3. mec.gov.br/ufmg.> Acesso em 28/07/2014.

BRASIL. Decreto n. o 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei n.o 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 dez. 1999, Seção 1, n. 243, p.10-15. Disponível em: Acesso em: 09/03/2015.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de educação Básica, **CONSELHOS ESCOLARES: Democratização da escola e construção da cidadania/ elaboração** Ignez Pinto Navarro [et al] - Brasília: MEC, SEB, 2004.

**JAPECANGA**, Alaíde Pereira. A Democratização das Relações de Trabalho na Escola Pública Básica. [s.d.]. Disponível em: moodle3.mec.ufmg. 03/08/2014, às 22:14. ESCOLA DE GESTORES, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Curso de Especialização em Gestão Escolar. Sala PV. Belo Horizonte, 2014.

**MOREIRA**, Antônio Flávio Barbosa. Propostas curriculares alternativas: Limites e avanços. Educação & Sociedade, ano XXI, n.º 73, Dezembro/2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n73/4210.pdf> . Acesso em 29/06/2014

**LOPES**, Alice Casimiro. Discursos nas políticas de Currículo. Currículo sem Fronteiras, v.6, n.2, pp.33-52, Jul/Dez 2006. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articles/lopes.pdf>. Acesso em 29/06/2014

O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa. Currículo sem Fronteiras, v.1, n.1, pp.35-49, Jan/Jun 2001. Disponível em: [www.curriculosemfronteiras.org](http://www.curriculosemfronteiras.org). Acesso em 29/06/2014.

MINAS GERAIS - Conselho Nacional de Educação. Resolução n.07 de 14 de dezembro de 2010.

MINAS GERAIS - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO .Resolução 2253/2013.

MINAS GERAIS - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. Guia para a elaboração, revisão e/ou reestruturação do Projeto Político – Pedagógico das escolas Estaduais de Minas Gerais de agosto de 2014.

Resolução SEE nº 2197/2012 – Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998.p.3.

## **ANEXO A**

### **Projetos da Escola Dona Augusta Gonçalves Nogueira (2015)**

#### **OFICINA DE INICIAÇÃO MUSICAL**

Acontece semanalmente num espaço cedido pelo 22º Batalhão de Polícia, em parceria com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais e a Paróquia Belvedere, sendo 40 alunos contemplados. Percebe-se um desenvolvimento substancial na oralidade, postura corporal, ritmo e movimento, além da imensa contribuição no processo de alfabetização e nas relações pessoais.

#### **OFICINA DE INSTRUMENTOS MUSICAIS**

Uma possibilidade através da parceria com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais e a Paróquia Belvedere, desenvolvida numa sala de aula adaptada para esse fim, os alunos demonstram cada dia mais encantados com a possibilidade de construção de instrumentos musicais utilizando materiais alternativos, muitos deles reciclados, sentindo artistas e felizes, o que vem demonstrando um aumento na autoestima.

#### **OFICINA DE REFORÇO ESCOLAR**

A concretização desta oficina é possível através da parceria com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais e a Paróquia Belvedere. As oficinas são desenvolvidas para ajudar a escola no desenvolvimento do processo de alfabetização e letramento dos alunos com dois ou mais anos de escolaridade e apresentam dificuldades / defasagem na leitura e escrita.

#### **PROERD**

(Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência), parceria com a Polícia Militar.

Diante da necessidade constante de uma intervenção quanto à violência e ao uso de drogas, a escola participa todo ano desse programa que muito tem contribuído para conscientizar nossos alunos dos perigos e a importância da preservação a saúde tanto física como mental. Além das oficinas ministradas pelos policiais, os professores dão continuidade às discussões e reflexões propostas no programa.

## **CULTURA E ARTE DO MORRO À BEIRA DA LAGOA**

A Casa do Beco é o cenário onde se cria e vivencia grandes espetáculos representando a arte e a cultura da comunidade local e, nossos alunos são coadjuvantes neste cenário. São momentos únicos de encantamento e beleza que enriquecem e valorizam as pessoas que estão próximas da escola, amigos e familiares desempenham papéis de resgate a valores e situações reais de vida, promovendo intercâmbio de saber histórico. Grandes oportunidades culturais também são propiciadas pelas pessoas que gerenciam o espaço, diante das apresentações de espetáculos de teatro; e nossa presença é constante.

## **DANÇANDO NA ESCOLA**

A mais de uma década na nossa escola, as oficinas de dança são desenvolvidas numa sala devidamente adaptada graças a parceria com a Cultura Inglesa, Unidade Cidade Jardim. As aulas são ministradas com profissionais do Centro de Dança Primeiro Ato, que garante a qualidade e envolvimento das oficinas. Nesse ano de 2014 contamos com o patrocínio da Empresa de Publicidade Perfil, que está localizada próxima a escola e que conhece a seriedade de todos e tem caminhado junto conosco e garantindo o desenvolvimento do projeto Dançando na Escola, que abraçado com muito orgulho pelos pais, familiares e por todos da comunidade.

## **SARAU LITERÁRIO**

Durante o ano são desenvolvidos atividades de estudo, pesquisa e produções artísticas relacionadas a leitura e literatura. Os trabalhos desenvolvidos

são cuidadosamente guardados e, geralmente no mês de setembro, há o momento de culminância, denominado de Sarau Literário. No evento, a participação das famílias e da comunidade é intensa.

## **MOSTRA CULTURAL**

A escola está estabelecendo uma relação de proximidade, de respeito e diálogo com toda a comunidade escolar e local. Essa relação se consolida a cada dia através da verdadeira valorização da cultura da comunidade. Esse projeto tem como propósito, a pesquisa, a identificação, a captação de pessoas, fatos e objetos, fazendo destes, fontes de significativas aprendizagens. No mês de novembro, há um dia para realização de divulgação, apresentação, exposições, palestras, stands, workshops... frutos do trabalho desenvolvido ao longo do semestre.

## **BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS**

Nas aulas de Educação Religiosa, esse projeto é desenvolvido predominantemente, para trabalhar questões de hábitos e atitudes diante das brincadeiras e dos sujeitos. Assim, vivenciam situações de respeito, relacionamento interpessoal, cuidados necessários com os brinquedos. É reservado tempo para construção de brinquedos, resgatando suas histórias.

## **CUIDAR DO AMBIENTE É CUIDAR DA GENTE**

Os ambientes do entorno da escola são sempre contemplados nas ações propostas pela equipe docente, pedagogia e administrativa. A preocupação de inserir atividades cotidianas como: operação formiguinha, passeatas na Lagoa da Barragem, construção e distribuição de folhetos de conscientização sobre o lixo, utilização adequada dos espaços e respeito ao patrimônio público, mas usados por eles (alunos e familiares, amigos) são de responsabilidade de todos. Nesse contexto faz-se necessário também estudo e práticas vivenciais sobre higiene pessoal e sua relação com a saúde.

## **EDUCAÇÃO ESPECIAL**

A educação especial na Escola Dona Augusta Gonçalves Nogueira é reconhecida como direito e tem como objetivo assegurar a inclusão do aluno com necessidades especiais em atividades regulares desenvolvidas no cotidiano da escola, favorecendo o desenvolvimento de competências, atitudes e habilidades necessárias ao pleno exercício da cidadania.